

**TÉCNICO EM ASSUNTOS
EDUCACIONAIS**

LEIA AS INSTRUÇÕES COM ATENÇÃO

- A prova terá duração de **4 horas**.
- O candidato deverá utilizar caneta esferográfica de material transparente, de **tinta preta**.
- O candidato deverá verificar se o Caderno de Questões está **completo**, sem falhas de impressão ou grampeamento. Em qualquer uma das situações citadas, comunicar e solicitar ao fiscal a devida substituição, **antes da realização da prova**.
- Durante a aplicação da prova, o candidato deverá manter na carteira, **exclusivamente** documento de identificação, caneta de material transparente de tinta preta, Cartão-Resposta e Caderno de Questões.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção.
- O preenchimento do Cartão-Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções contidas nele e na capa do Caderno de Questões
- **Não haverá substituição** do Cartão-Resposta.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico do mesmo.
- A saída do candidato será permitida decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, após entregar seu Cartão-Resposta, sem levar consigo o Caderno de Questões ou algum tipo de anotação de suas respostas.
- Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 30 minutos antes do término da prova.

Este Caderno de Provas é formado por 50 questões:

Disciplina		Peso
Língua Portuguesa	10	2
Legislação	10	2
Conhecimentos Específicos	30	2

Texto para as questões 01 a 03

A importância da Ética no ambiente de trabalho

Hoje, no Dia Internacional da Ética, reafirmamos a importância desse valor em todas as áreas de uma empresa. A ética no ambiente de trabalho envolve a adoção de valores e princípios, como a honestidade, transparência, respeito mútuo, integridade, garantias de direitos, responsabilidade socioambiental, entre outros que orientam as relações entre colaboradores e a empresa, assim como entre a empresa e seus clientes, fornecedores e a sociedade em geral.

Muitas empresas enfrentam desafios éticos no ambiente de trabalho, como assédio moral e sexual, discriminações, corrupção e o desrespeito às leis trabalhistas. Nesse cenário, é essencial que as empresas não só dialoguem na perspectiva axiológica e valorativa do conceito, mas que sejam proativas na promoção de uma cultura ética no ambiente de trabalho. Isso significa, principalmente, adotar medidas de prevenção, bem como desenvolver mecanismos para denunciar e combater todo e qualquer tipo de violação de direitos (dentro e fora da empresa).

Um dos aspectos fundamentais da ética no ambiente de trabalho é a promoção do trabalho decente. Isso envolve oferecer condições adequadas de trabalho, com respeito às normas de segurança e saúde ocupacional, assim como garantir remuneração justa e condições de trabalho dignas e livres de discriminações e violências. Além disso, o trabalho decente também implica oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, treinamento e capacitação, bem como valorizar e reconhecer o trabalho realizado pelos colaboradores.

O conceito de trabalho decente foi criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999 e, desde então, tem sido adotado por várias organizações e empresas ao redor do mundo. O objetivo do conceito é promover condições de trabalho justas e dignas para todas as pessoas, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, sustentável e principalmente, para a redução da pobreza.

Tal discussão merece destaque, uma vez que o Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho

escravo em 2023, recorde para um 1º trimestre em 15 anos. Só no ano de 2022 mais de 2,5 mil pessoas foram resgatadas do trabalho análogo à escravidão no Brasil, sendo que o número de pessoas nessa condição subiu para 127% em relação a 2019[1]. E por trabalho escravo, nós temos que é todo trabalho forçado, com jornadas exaustivas, condições degradantes, remunerações incompatíveis e outras violações de direitos, ferindo o princípio e o valor da ética, que apesar de tantos avanços conceituais sobre e o quanto esse conceito está presente nos princípios e valores empresariais, ainda presenciamos uma contradição ao analisarmos as severas violações de direitos cometidas por empresas.

Nesse aspecto, em que há um aumento das desigualdades sociais, ambientais e econômicas, refletidas nos números alarmantes de resgates de trabalho análogo a escravidão e outras violações de direitos (Brasil é o 9º país mais desigual do mundo), é imprescindível que a ética (somada a outros princípios), assegure na prática, o respeito à vida e a promoção da dignidade humana para todas as pessoas. Mas, outros esforços precisam co-existir, como o aprimoramento dos mecanismos de compliance, que são fundamentais para a garantia do cumprimento das leis e regulamentos relacionados às leis trabalhistas e determinações internacionais.

Para implementar esses mecanismos, as empresas devem estabelecer políticas e procedimentos claros, realizar auditorias (em especial, a due diligence em direitos humanos) e monitoramentos para avaliar o cumprimento das leis e normas, bem como estabelecer canais de denúncia para que os funcionários, funcionárias e toda a comunidade envolvida na cadeia de valor, possam reportar eventuais violações.

Disponível em: <https://www.ethos.org.br/opinioes-e-analises/a-importancia-da-etica-no-ambiente-de-trabalho/>. Acesso em: 27 ago. 2026.

1. Analise as assertivas abaixo sobre a classificação das orações subordinadas em trechos do texto "A importância da Ética no ambiente de trabalho":

I. No trecho "...mecanismos de compliance, **que são fundamentais para a garantia do cumprimento**

das leis...", a oração destacada é classificada como subordinada adjetiva explicativa.

II. Na passagem "...é essencial **que as empresas não só dialoguem na perspectiva axiológica...**", a oração em negrito exerce a função de sujeito da oração principal, sendo, portanto, uma subordinada substantiva subjetiva.

III. No segmento "...**uma vez que o Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho escravo...**", a oração introduzida pela locução conjuntiva destaca uma consequência, classificando-se como subordinada adverbial consecutiva.

IV. No trecho "...estabelecer canais de denúncia **para que os funcionários [...] possam reportar eventuais violações.**", a oração destacada indica a finalidade da ação principal, classificando-se como subordinada adverbial final.

Está(ão) CORRETA(S) apenas a(s) assertiva(s):

- a) I e II
- b) III e IV
- c) I, II e III
- d) II e IV
- e) I, II e IV

2. Analise as assertivas abaixo sobre o emprego e a classificação de conectivos subordinados em trechos adaptados do texto "A importância da Ética no ambiente de trabalho":

I. No trecho "...valores e princípios **que** orientam as relações...", a palavra destacada é uma conjunção subordinada integrante, pois introduz uma oração que completa o sentido de um substantivo.

II. Na passagem "...é essencial **que** as empresas não só dialoguem...", a palavra em destaque é uma conjunção subordinada integrante, responsável por introduzir uma oração subordinada substantiva.

III. No segmento "...**uma vez que** o Brasil resgatou 918 vítimas...", a locução conjuntiva em destaque é classificada como subordinada condicional, pois impõe uma condição para a discussão merecer destaque.

IV. No trecho "...**para que** os funcionários [...] possam reportar eventuais violações", a locução destaca uma finalidade, sendo classificada como uma conjunção (locução) subordinada final.

Está(ão) CORRETA(S) apenas a(s) assertiva(s):

- a) II e IV
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II, III e IV

3. No trecho "Além disso, o trabalho decente também implica oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, treinamento e capacitação...", a regência da forma verbal "implica" está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa. Sobre esse fenômeno gramatical, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No sentido de "acarretar" ou "gerar consequência", o verbo deve ser seguido da preposição "em", constituindo um objeto indireto.
- b) O verbo é transitivo direto, o que justifica a ausência de preposição antes do complemento "oferecer oportunidades".
- c) Trata-se de um verbo bitransitivo (transitivo direto e indireto), exigindo obrigatoriamente a preposição "a" para o seu segundo complemento.
- d) A gramática normativa prescreve que, no sentido empregado no texto, o verbo "implicar" seja sempre acompanhado pela preposição "com".
- e) Por ser um verbo de ligação no contexto apresentado, o termo que o sucede deve ser classificado como predicativo do sujeito.

Texto para as questões 04 a 06

Ética não é opinião, nem circunstância

Você já ouviu falar em "*Ethical fading*"? Segundo o filósofo Mário Sérgio Cortella, a ética consiste em um conjunto de valores e princípios, uma espécie de juiz interno que regula três forças importantes de nossa vida: o querer, o poder e o fazer.

Enfrentamos uma batalha constante entre estas três forças. Este julgamento dinâmico interno não se relativiza a partir de nossa opinião e sim está conectado, relacionado aos valores e princípios da sociedade / comunidade na qual estamos inseridos. “A nossa opinião sobre o que é certo ou errado se subordina de certa forma às regras da comunidade que participamos, da empresa que trabalhamos, por exemplo”.

Tais regras, princípios e valores se alteram com o tempo, jurisdição e estágio de evolução da própria sociedade. A todo momento, novas complexidades se somam ao dicionário de princípios e valores, daí a dificuldade na tomada de decisão com foco em comportamento “ético”.

De uma maneira geral, as grandes crises e fraudes corporativas, tais como *Enron*, *WorldCom*, *Petrobras na Lava-jato* e, mais recentemente, o caso *Americanas*, entre tantas outras, não nasceram de grandes rupturas com os princípios éticos vigentes e sim de pequenos atos de permissividade, muitas vezes, no limite do que é legal. Isto acontece, na verdade, na nossa rotina diária. “A cada decisão, consultamos nosso juiz interno, que regula nosso querer, poder e fazer e aí então tomamos a decisão mais alinhada com nossos princípios e valores”. No entanto, sob pressão excessiva, liderança ausente ou ineficiente, cultura organizacional orientada ao resultado de curto prazo e não a criação de valor sustentável, os aspectos técnicos e materiais de nossas decisões podem fazer com que os aspectos éticos desvançam ou simplesmente desapareçam de vista. Denominamos esse processo de “*ethical fading*”, traduzível para português como o apagamento da ética.

Nesse modelo mental, pessoas aparentemente éticas encontram razões para contornarem seus princípios intrínsecos e tomarem decisões que podem colocar suas carreiras e mesmo suas empresas em risco. Considerações como “todos fazem isso”; “faremos somente desta vez”; “não é ilegal”; “os fins justificam os meios”; “tenho apoio total de meu gestor” ou “nesta empresa isso é normal” são sintomas claros de que o “*ethical fading*” está se instalando no processo decisório individual e corporativo. E o que é pior: esse processo tende a ser evolutivo. As pessoas acabam se sentindo confortáveis com pequenas concessões e, com o tempo, as transgressões se acumulam. Por fim, acabam destruindo carreiras e até mesmo empresas.

“Cabe à liderança disseminar e garantir a aplicação do conceito de que as circunstâncias e opiniões pessoais não devem ser colocadas acima dos princípios éticos”. Cabe a cada profissional zelar pela integridade de suas decisões, sejam elas de que magnitude forem. Aqui vale a máxima de que a ocasião não faz o ladrão, simplesmente o torna visível.

Na dúvida vale a pena seguir o pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant (1724–1804), um dos principais pensadores do Iluminismo, com grande foco na ética e metafísica: “Tudo o que não puder contar como fez; não o faça! Se há razões para não contar; há para não o fazer.”

Cuide para que o “*ethical fading*” não invada sua mente e, se você ocupa uma posição de liderança, cuide para que sua organização não seja tolerante com este terrível inimigo, mesmo quando estão em jogo os resultados e a performance de curto prazo. Não faça concessões fatais.

Jorge Sant’Anna é diretor-presidente e cofundador da BMG Seguros e membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Bancos.

Disponível em: <https://revista.istoedinheiro.com.br/etica-nao-e-opiniao-nem-circunstancia>. Acesso em: 20 ago. 2026.

4. No trecho “A nossa opinião sobre o que é certo ou errado se subordina de certa forma às regras da comunidade...”, o acento indicativo de crase antes de “as regras”:

- a) É opcional, uma vez que a expressão “as regras” encontra-se no plural.
- b) Justifica-se porque toda palavra feminina deve ser precedida de crase, quando exerce função de objeto.
- c) Justifica-se em virtude da expressão “de certa forma”, que exige a presença da preposição a.
- d) Não obedece à norma culta da linguagem escrita predominante no texto.
- e) Ocorre porque o verbo “subordinar-se” é regido pela preposição a, que se funde ao artigo definido feminino plural as, que antecede a palavra regras.

5. Considere o trecho:

“Tais regras, princípios e valores se alteram com o tempo, jurisdição e estágio de evolução da própria sociedade”

A palavra “tais” estabelece uma relação com informações apresentadas anteriormente no texto, contribuindo para a progressão temática e para a coesão textual. Analise as afirmativas abaixo:

I. “Tais” é um advérbio de intensidade que modifica os substantivos “regras”, “princípios” e “valores”, indicando o grau em que essas características se apresentam.

II. “Tais” é um pronome demonstrativo empregado com função anafórica, pois retoma elementos anteriormente mencionados no texto, funcionando como recurso de referenciação e contribuindo para a coesão textual.

III. A expressão “tais”, referindo-se a regras, princípios e valores, retoma o conjunto de princípios e valores mencionado anteriormente, evitando uma repetição desnecessária e estabelecendo um elo coesivo entre as partes do texto.

Considerando sua função morfológica e discursiva, está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

6. O texto apresenta estruturas que representam depoimentos, como as que ocorrem em:

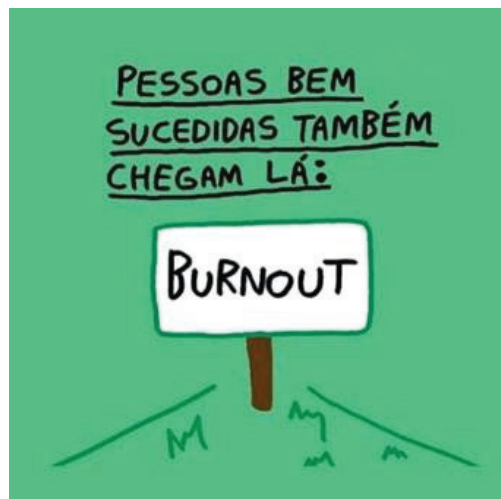
“... às regras da comunidade que participamos, da empresa que trabalhamos, por exemplo”

Considerando o gênero textual, o suporte em que o texto foi publicado, os interlocutores envolvidos e o tema discutido, é conveniente e adequado que seja empregada a linguagem culta, de acordo com

a norma-padrão da língua escrita. No entanto, em relação ao trecho destacado acima, verifica-se:

- a) A ocorrência de construções diferentes daquelas prescritas pela norma-padrão, comprovando que o autor do texto, nos trechos que marcam depoimentos, desconhece a língua.
- b) Usos linguísticos recorrentes na fala podem diferir da variedade formal prescrita pela norma-padrão da escrita, sem que isso signifique ausência de regras na variedade utilizada.
- c) É indiferente à variedade da língua empregada no texto, uma vez que se trata de depoimento, sendo, portanto, desnecessário o emprego de regência, de acordo com a variedade da norma culta escrita.
- d) O trecho descaracteriza a norma padrão culta da língua, uma vez que o autor deveria ter ajustado a construção para “às regras da comunidade de que participamos, da empresa em que trabalhamos”.
- e) Não apresenta qualquer problema quanto à norma culta da língua escrita, haja vista se tratar de um texto totalmente oralizado.

Texto para a questão 07



Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/richarduchoa_trabalhe-duro-e-voc%C3%AAA-chegar%C3%A1-1-%C3%A1-mas-ningu%C3%A9m-share-7287054027870101504-199j/. Acesso em: 23 ago. 2026.

7. Analise os itens relacionados ao trecho “Pessoas bem-sucedidas também chegam lá: burnout”, no que refere à produção de sentido e assinale a alternativa CORRETA.

I. A expressão “chegar lá” pode ser associada à ideia de alcançar o sucesso, atingir objetivos ou conquistar uma posição desejada. Entretanto, a palavra “*burnout*”, introduzida após os dois-pontos, provoca uma reinterpretação dessa expressão.

II. O enunciado mobiliza um discurso socialmente difundido, segundo o qual pessoas bem-sucedidas “chegam lá”, mas subverte essa expectativa, ao fazer “*burnout*” ocupar o lugar do destino. Desse modo, a referência de “lá” é ressignificada pelo contexto, produzindo ironia e crítica ao modelo de sucesso associado à pressão e ao excesso de trabalho.

III. O termo “*burnout*” funciona apenas como sinônimo de “sucesso”, reforçando positivamente a expressão “pessoas bem-sucedidas”.

IV. A construção do trecho não apresenta discursos socialmente compartilhados, pois seu sentido pode ser compreendido exclusivamente pela análise morfológica de seus termos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

Texto para a questão 08

O serviço público como motor de mobilidade social no Brasil

Em um país de desigualdades profundas, o serviço público sempre foi mais do que uma estrutura administrativa, sendo um dos raros caminhos capazes de promover verdadeira mobilidade social. Por meio do concurso público, o Brasil construiu um modelo que permite que o mérito e o esforço individual superem as barreiras impostas pela origem social. Enquanto o mercado de trabalho privado ainda depende fortemente de redes de contato, capital inicial ou oportunidades

concentradas em grandes centros, o concurso público oferece um caminho claro e impessoal. É uma política de Estado que abriu portas para milhões de brasileiros que, pela via tradicional, dificilmente teriam alcançado estabilidade financeira e reconhecimento profissional.

Nas últimas décadas, essa forma de ingresso permitiu que o Estado brasileiro se tornasse mais plural e representativo. Filhos de agricultores, de servidores, de operários e de trabalhadores informais encontraram no estudo a possibilidade de mudar de vida e, ao mesmo tempo, de servir ao país. Carreiras como magistério, segurança pública, auditoria fiscal e gestão administrativa são exemplos de como o serviço público abriga histórias de superação e ascensão baseadas no mérito.

A estabilidade e o plano de carreira, frequentemente mal interpretados como privilégios, são na verdade instrumentos que asseguram autonomia e continuidade. Eles garantem que o servidor possa exercer sua função com independência técnica, sem se submeter a pressões políticas ou mudanças de governo. A estabilidade é também o que torna essas carreiras atrativas para pessoas de diferentes origens, oferecendo segurança e perspectiva em um país em que a informalidade ainda atinge cerca de 40% da população economicamente ativa.

A valorização do servidor, portanto, não é apenas uma questão corporativa. É uma política pública de combate à desigualdade. Ao dar previsibilidade e dignidade a quem serve ao Estado, o serviço público contribui para reduzir as distâncias sociais e fortalecer as instituições.

Nos últimos anos, no entanto, esse modelo tem sido alvo de propostas que, sob o argumento da modernização, podem alterar profundamente sua lógica de mérito e estabilidade. A mais emblemática delas é a Reforma Administrativa (PEC 38/2025), que prevê mudanças estruturais no regime de vínculos e carreiras.

[...]

Mais do que discutir custos e estruturas, é preciso compreender o papel social que o serviço público cumpre na formação de um país mais justo. Ele não apenas sustenta políticas públicas, mas também representa um projeto de nação que reconhece o valor do esforço individual e da educação como caminhos de transformação. Preservar o concurso e a estabilidade é preservar

essa promessa de mobilidade, de dignidade e de progresso que o serviço público sempre simbolizou para o povo brasileiro.

Disponível em: <https://cnsf.org.br/artigos/o-servico-publico-como-motor-de-mobilidade-social-no-brasil>. Acesso em: 15 ago. 2026.

8. Em relação à construção morfossintática do trecho “Ele não apenas sustenta políticas públicas, mas também representa um projeto de nação que reconhece o valor do esforço individual e da educação como caminhos de transformação”, é CORRETO afirmar que:

- a) A estrutura “não apenas... mas também” estabelece uma relação de oposição, uma vez que a segunda oração é iniciada pela conjunção “mas”.
- b) O termo “também” funciona como conjunção coordenativa aditiva e estabelece, sozinho, a relação de adição entre as duas orações.
- c) A expressão “mas também” constitui uma estrutura correlativa de valor aditivo, articulando as ações expressas pelos verbos “sustenta” e “representa”.
- d) A expressão “mas também” fere as prescrições da gramática normativa, sendo completamente incomum e inadequada ao gênero textual produzido para a questão.
- e) Em “não apenas..., mas também...”, a conjunção “mas” mantém obrigatoriamente seu valor adversativo, de oposição, ainda que esteja associada ao advérbio “também”.

Texto para as questões 09 e 10

A disseminação acelerada de modelos de linguagem como o ChatGPT nos ambientes escolares instalou um diagnóstico que se repete com variações mínimas entre professores, gestores e formuladores de políticas públicas: os alunos estão terceirizando seus trabalhos, redigindo ensaios com um comando de voz e resolvendo exercícios com a colagem de enunciados em interfaces de inteligência artificial. À primeira vista, isso parece configurar uma epidemia de preguiça intelectual e desonestidade acadêmica em massa.

No entanto, uma investigação mais detida revela que o alarme em torno da tecnologia oculta

um mal-estar muito anterior e muito mais estrutural, que diz respeito ao fim (telos) do próprio trabalho escolar.

A educação básica institucional, ao organizar-se como transmissão de um repertório fixo de dados, fórmulas, datas, nomes e classificações, converteu o ato de aprender em uma sequência previsível de operações de memorização e reprodução cujo significado raramente é interrogado pelos próprios sujeitos do processo.

Esse modelo, que o educador Paulo Freire já criticava na década de 1960, chamando-o de ‘educação bancária’, é evidentemente muito anterior à inteligência artificial. Mas opera, na prática, também como um algoritmo. Que estabelece um circuito fechado de depósito, arquivamento e devolução de informações, onde muitas vezes o aprendizado real não se faz presente.

Aprendizado ‘decoreba’: o antecessor da IA

Assim, o uso da inteligência artificial pelos alunos para realizar tarefas escolares não deveria causar surpresa. Estudantes fogem do estudo como o diabo foge da cruz. Antes da IA, já existiam a cópia de textos da internet, trabalhos feitos por colegas (ou até por profissionais), a “cola” nas provas e outras estratégias para conseguir aprovação sem ter real familiaridade com o conteúdo ensinado.

Mesmo entre os alunos que não recorrem a esses meios, muitos não compreendem de fato o que respondem nas avaliações, pois se limitam a decorar as informações que serão cobradas. Nesse tipo de aprendizado “decoreba”, é comum o estudante esquecer o que “aprendeu” logo depois da prova.

Disponível em: theconversation.com/ia-nas-escolas-evidencia-precarias-já-existent-da-educacao-mas-pode-ser-oportunidade-de-mudanca-288883 Acesso em: 22 ago. 2026.

9. Com base nos elementos constitutivos desse texto, como forma de composição, tema e estilo, identificamos que ele tem características de:

- a) Resenha, por avaliar um tema de importância social.
- b) Notícia, por apresentar informações sobre um tema contemporâneo.

- c) Artigo de opinião, por fazer uma reflexão sobre um tema de importância social.
- d) Relato, por apresentar experiências e depoimentos do autor sobre um tema social.
- e) Crônica, por fazer uma análise objetiva de um tema contemporâneo.

10. Estabelece uma relação de oposição a expressão destacada na seguinte alternativa:

- a) "À primeira vista, isso parece configurar uma epidemia de preguiça intelectual e desonestidade acadêmica em massa."
- b) "No entanto, uma investigação mais detida revela que o alarme em torno da tecnologia oculta um mal-estar muito anterior"
- c) "Assim, o uso da inteligência artificial pelos alunos para realizar tarefas escolares não deveria causar surpresa."
- d) "Mas opera, na prática, também como um algoritmo."
- e) "Nesse tipo de aprendizado “decoreba”, é comum o estudante esquecer o que “aprendeu” logo depois da prova."

11. Marcos é Servidor Público Federal ocupante do cargo de Pedagogo no Instituto Federal do Piauí (IFPI) - Campus Teresina Central. Ele atua na comissão organizadora de um grande congresso acadêmico promovido pelo IFPI. Durante a execução de suas atribuições, ocorreram os seguintes fatos: fora do seu expediente e em sua rede social de uso pessoal, ele criticou um servidor da instituição, apontando que a conduta do profissional maculava a imagem do IFPI. Durante a execução do evento planejado pela comissão, ao identificar uma falha na emissão dos certificados, Marcos omitiu o erro dos estudantes atendidos para cumprir uma determinação verbal do seu chefe imediato, que ordenou que o problema fosse escondido temporariamente "para não tumultuar o setor". Denunciado à Comissão de Ética do IFPI por descumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº. 1.171/1994), a comissão concluiu que ambas as condutas caracterizaram infrações éticas.

Com base na norma citada, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE a análise ética dos fatos e a penalidade aplicável pela Comissão de Ética.

- a) Diante do descumprimento de deveres e das ofensas ao colega, a Comissão de Ética do IFPI deverá aplicar a Marcos a penalidade disciplinar de advertência por escrito.
- b) A omissão de Marcos não configura falta ética, pois o dever funcional de obediência às ordens superiores prevalece sobre a obrigatoriedade de prestar a verdade aos administrados.
- c) Ambas as condutas configuram falta ética e, comprovadas as infrações, a Comissão de Ética do IFPI é o órgão competente para aplicar a Marcos exclusivamente a pena de censura.
- d) O cumprimento de ordem superior afasta a responsabilidade ética de Marcos, restando infração apenas na conduta em rede social, a qual deve ser punida com a pena de suspensão.
- e) A publicação em rede social particular não viola o Código de Ética, visto que os deveres deontológicos do servidor se limitam ao tempo e ao espaço físico do exercício do cargo público.

12. Beatriz, com 24 anos de idade, trabalha há mais de cinco anos como técnica administrativa em uma empresa local em Piri-piri. Apesar de ter vasta experiência prática acumulada na área, ela não concluiu o Ensino Médio na idade própria por razões econômicas. Interessada em formalizar e expandir seus conhecimentos, Beatriz buscou o Instituto Federal do Piauí (IFPI) para ingressar em um curso regular de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, solicitando o aproveitamento de sua vivência de trabalho para dispensa de disciplinas e prosseguimento de estudos.

Com base estrita nas disposições da Lei nº. 9.394/1996 (LDB), assinale a alternativa que indica o tratamento CORRETO a ser dado ao pedido de Beatriz.

- a) Beatriz poderá ingressar no curso técnico apenas se for aprovada em exame de aceleração de estudos voltado a alunos com distorção idade-série.
- b) A legislação educacional proíbe a certificação de conhecimentos informais obtidos no mercado de trabalho para evitar a equiparação entre a formação acadêmica e a prática profissional.
- c) O pedido de Beatriz deve ser indeferido de plano, pois a LDB exige a apresentação do certificado formal de conclusão do Ensino Médio para qualquer modalidade de ingresso em cursos técnicos de nível médio.
- d) A dispensa de disciplinas e o aproveitamento de saberes práticos na Educação Profissional são restritos exclusivamente aos alunos regularmente matriculados no Ensino Superior.
- e) O conhecimento e a experiência profissional adquiridos por Beatriz no trabalho poderão ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação pelo IFPI para fins de prosseguimento de estudos.

13. Sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e as disposições previstas na Lei nº. 11.892/08, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Rede é composta por Institutos Federais,

Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II, todos com natureza jurídica de autarquia.

b) Os Institutos Federais têm por finalidade a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

c) Os Institutos Federais têm por objetivo ministrar em nível superior, estritamente, cursos de tecnologia, licenciatura, bacharelado e pós-graduações stricto sensu.

d) Os órgãos superiores dos Institutos Federais são o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, sendo o primeiro presidido por membro eleito entre seus pares e o segundo presidido pelo Reitor.

e) As Reitorias são os órgãos executivos dos Institutos Federais e a sua subdivisão em Pró-Reitorias varia conforme o Regimento Interno de cada unidade, podendo contemplar no máximo 5 e no mínimo 2 Pró-Reitorias.

Leia o texto para a questão 14

Ministério Público vai investigar entrada de PMs armados em escola de SP após denúncia sobre desenho de orixá

Investigação vai apurar atuação de policiais militares na EMEI Antônio Bento após um policial militar, pai de uma aluna, acionar a corporação por causa de uma atividade sobre cultura afro-brasileira. Caso ocorreu em novembro de 2025 e mobilizou 12 PMs, um deles com um fuzil.

(...)

O episódio ocorreu em 11 de novembro de 2025, quando o pai de uma aluna de 4 anos acionou a Polícia Militar alegando que a filha estaria sendo obrigada a participar de uma "aula de religião africana" após fazer um desenho com o nome da orixá Iansã. Posteriormente, a Secretaria da Segurança Pública confirmou que o homem é soldado da Polícia Militar da ativa.

(...)

Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/07/31/ministerio-publico-vai-investigar-entrada-de-pms-armados-em-escola-de-sp-apos-denuncia-sobre-desenho-de-orixa.ghtml>>. Acesso em: 27 de ago. de 2026.

14. Com base na discussão apresentada na matéria e nas previsões dispostas na Lei nº 9.394, de 20/12/1996, é CORRETO afirmar que:

a) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é facultativo, portanto os responsáveis pelos alunos devem dar a anuência para que o(s) filho(s) possam participar das aulas que tratem especificamente sobre esse tema.

b) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena compunha o Projeto Político Pedagógico da escola citada na matéria, contudo as instituições de ensino básico não são obrigadas a incluir o tema.

c) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, sendo facultativo para as instituições de ensino privadas.

d) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena deve abordar conteúdos referentes à história e cultura desses povos e serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

e) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é de abordagem obrigatória apenas nas escolas públicas federais, uma vez que a Lei nº 9.394/96 trata-se de uma legislação federal.

15. Sobre as comissões de ética na Administração Pública Federal, conforme previsão do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é CORRETO afirmar:

a) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e

com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

b) Em todos os órgãos e entidades exclusivamente da Administração Pública Federal direta ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

c) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura, advertência e demissão.

d) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar, aconselhar e apurar sobre a ética profissional do servidor e terceirizados, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

e) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor e usuários dos serviços, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

16. A Lei nº. 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Considerando o que prevê a lei sobre as licenças que podem ser concedidas ao servidor, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença por motivo de doença em pessoa da família.

b) Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

c) O servidor terá direito a licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

d) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

e) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

17. A Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

De acordo com as disposições da Lei. nº 11.091/2005, e suas alterações posteriores, é CORRETO afirmar que:

a) O cargo de Técnico em Educação possui nível de classificação E, com atribuições voltadas para o exercício de atividades

técnicas, administrativas e logísticas, relativas à execução das competências constitucionais e legais a cargo das Instituições Federais de Ensino.

b) O concurso para o ingresso nos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em 1 (uma) única fase, bem como incluir curso de formação, conforme dispuser o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira.

c) O ingresso nos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação ocorrerá no padrão inicial do respectivo nível de classificação, mediante concurso público apenas de provas escritas, observados os requisitos de ingresso estabelecidos na respectiva lei e suas alterações posteriores.

d) Nível de classificação é o conjunto de funções gratificadas - FG, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.

e) Plano de carreira é o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.

18. Platão, servidor público do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, nível de classificação E, pretende requerer a sua primeira progressão funcional por mérito após 12 meses de efetivo exercício no Instituto Federal Alfa. Para tanto, apresentou pedido formal junto ao setor responsável no âmbito desse Instituto Federal.

De acordo com as disposições da Lei nº. 11.091/2005, e suas alterações posteriores, é CORRETO afirmar que:

a) Não será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito, mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente,

acontece a cada dezoito meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

b) Não será concedida, tendo em vista que a progressão funcional por mérito, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, deve respeitar o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento na carreira.

c) Não será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito, mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, deve ocorrer apenas após o fim do estágio probatório e desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

d) Será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada doze meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

e) Será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito é a mudança para o nível de classificação imediatamente subsequente, a cada doze meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

19. A respeito das disposições que regulam os processos administrativos, conforme a Lei nº. 9.784/1999, e suas alterações posteriores, assinale a alternativa CORRETA.

a) O recurso administrativo não tem efeito suspensivo, ainda que exista justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da decisão administrativa.

b) O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência. Se a decisão puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado, sendo-lhe vedado apresentar novas alegações.

c) Os processos administrativos de que resultem sanções aos administrados poderão

ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, não podendo resultar agravamento da sanção.

d) Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se no ato a data, prazo, forma e condições de atendimento. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, sob pena de perecimento da prova, perigo de dano ou risco de ineficácia da decisão administrativa, requerer ao Poder Judiciário a condução coercitiva do interessado.

e) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento, devendo ser arquivado, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

20. A escola Alfa decide implantar pedagogicamente uma plataforma de gamificação para auxiliar os professores no processo de alfabetização. A plataforma, criada e gerenciada por uma empresa estrangeira, permite que os alunos acumulem pontos e troquem por “caixas premiadas” virtuais que contêm bônus aleatórios, sem que o aluno saiba o conteúdo exato antes da abertura dessas caixas.

Baseado nas disposições do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei n. 15.211/2025), a funcionalidade descrita:

a) Caracteriza-se como caixa de recompensa (*loot boxes*), vedada expressamente em jogos eletrônicos direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles, nos termos da respectiva classificação indicativa.

b) Constitui-se como um instrumento pedagógico válido, desde que seja previamente conhecido e autorizado pelos pais ou responsáveis legais, condicionado ao tratamento prévio dos dados das crianças e adolescentes.

c) Constitui-se como um instrumento pedagógico válido, desde que seja passível de fiscalização pelo Ministério Público e autoridade policial, condicionado ao tratamento prévio dos dados das crianças e adolescentes.

d) Trata-se de um serviço de tecnologia da informação direcionado a crianças e a adolescentes permitido legalmente, desde que garanta a proteção prioritária e o melhor interesse da criança ou adolescente.

e) Trata-se de um serviço de tecnologia da informação legalmente válido, desde que utilize mecanismos de segurança amplamente reconhecidos, que possibilitem à família e aos responsáveis legais prevenir o acesso e o uso inadequado por crianças e adolescentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Luckesi (2018) argumenta que ao planejar suas abordagens de ensino e de avaliação, o professor deve considerar as diferentes fases do desenvolvimento humano, apoiando-se nas teorias de:

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2018.

- a) David Ausubel.
- b) Henri Wallon.
- c) Jerome Bruner.
- d) Lev Vygotsky.
- e) Jean Piaget.

22. A qual modelo de uso da avaliação Luckesi (2018) se refere na afirmação abaixo:

Dessa data para cá (1970), vimos assumindo a nova denominação para as duas possibilidades de uso dos resultados da avaliação da aprendizagem dos estudantes na escola, podendo significar, aqui e acolá, “uso diagnóstico”, mas, de modo predominante, significando “_____”, modalidade que vem ganhando corpo e atravessando épocas históricas, do século XVI para cá.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2018, p. 83 – 84.

- a) Uso seletivo.
- b) Uso formativo.
- c) Uso qualitativo.
- d) Uso paliativo.
- e) Uso universal.

23. Uma pessoa com deficiência comparece ao protocolo acadêmico de um campus do IFPI para solicitar informações sobre sua matrícula. Ao chegar, encontra uma fila única com vários usuários aguardando atendimento. Embora haja um espaço identificado para atendimento prioritário, o servidor responsável pelos atendimentos informa que deverá atender todas as pessoas pela ordem de chegada.

Diante da situação, considerando a Lei nº.

10.048/2000, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A prioridade é garantida somente às pessoas com deficiência que utilizam cadeira de rodas.
- b) O atendimento prioritário é facultativo para instituições de ensino, sendo obrigatório apenas em hospitais, unidades de saúde e bancos.
- c) A pessoa com deficiência possui direito ao atendimento prioritário, devendo a instituição organizar o atendimento de modo a assegurar esse direito.
- d) O atendimento prioritário somente pode ser concedido mediante apresentação de laudo médico atualizado.
- e) O servidor agiu corretamente, pois o atendimento deve respeitar exclusivamente a ordem de chegada, independentemente da condição do usuário.

24. Libâneo (1986), um dos principais autores brasileiros que estudam a Didática e a organização do ensino, mostra que a estrutura da aula deve ter um trabalho ativo e conjunto e deve se organizar em cinco momentos distintos. Assinale a alternativa correta, referente ao enunciado a seguir.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1986, p. 105.

Os cinco momentos metodológicos da aula devem seguir a seguinte ordem:

- a) 1. Orientação dos objetivos de ensino e aprendizagem; 2. Transmissão /assimilação da matéria nova; 3. Consolidação e aprimoramento dos conhecimentos, habilidades e hábitos; 4. Aplicação de conhecimentos, habilidades e hábitos; 5. Verificação e avaliação dos conhecimentos e habilidades.
- b) 1. Orientação dos objetivos de ensino e aprendizagem; 2. Aplicação de conhecimentos, habilidades e hábitos; 3. Transmissão / assimilação da matéria nova; 4. Consolidação e aprimoramento dos conhecimentos, habilidades e hábitos; 5. Verificação e avaliação dos conhecimentos e habilidades.
- c) 1. Transmissão /assimilação da matéria nova; 2. Consolidação e aprimoramento dos

conhecimentos, habilidades e hábitos; 3. Aplicação de conhecimentos, habilidades e hábitos; 4. Verificação e avaliação dos conhecimentos e habilidades; 5. Orientação dos objetivos de ensino aprendizagem.

d) 1. Orientação dos objetivos de ensino e aprendizagem; 2. Transmissão /assimilação da matéria nova; 3. Aplicação de conhecimentos, habilidades e hábitos; 4. Consolidação e aprimoramento dos conhecimentos, habilidades e hábitos; 5. Verificação e avaliação dos conhecimentos e habilidades.

e) 1. Transmissão /assimilação da matéria nova; 2. Consolidação e aprimoramento dos conhecimentos, habilidades e hábitos; 3. Verificação e avaliação dos conhecimentos e habilidades; 4. Aplicação de conhecimentos, habilidades e hábitos; 5. Orientação dos objetivos de ensino aprendizagem.

25. Na Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, destaca em seu Art. 2º que os institutos são instituições de educação superior, básica e profissional, bem como, são instituições:

- a) Pluricurricular e multicultural.
- b) Pluricultural e multicampi.
- c) Multicampi e interdisciplinar.
- d) Pluricurricular e multicampi.
- e) Multidisciplinar e pluridisciplinar.

26. Segundo Muniz e Silva (2024), a Educação Profissional e Tecnológica teve início no Brasil em 1909 com as:

Muniz, Joelma Maria; Silva, Marcelo Ponciano da. *História da Educação Profissional no Brasil. Revista Iniciação & Formação Docente*. V.11, n. 2, 2024.

- a) Escolas Industriais e Técnica.
- b) Escolas de Aprendizes Artífices.
- c) Escolas de Ensino Industriais.
- d) Escolas de Ensino Agrícolas e Comerciais.
- e) Escolas de Educação Profissional.

27. No Art. 208, da Constituição Federal do Brasil, a educação será efetivada mediante a garantia de:

Brasil. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 127 ago. 2026.

I. Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

II. Progressiva universalização do ensino médio gratuito.

III. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, de pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

IV. Oferta de ensino noturno regular somente para jovens.

V. Atendimento ao educando em algumas etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de assistência à saúde.

Julgue os itens e assinale a alternativa CORRETA.

- a) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
- b) Estão corretos apenas os itens III, IV e V.
- c) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
- d) Estão corretos apenas os itens II, III e IV.
- e) Está correto apenas o item V.

28. Considerando o que consta no Art. 9º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Brasil, 1996), em relação às incumbências da União, no que diz respeito à organização da Educação Nacional, analise as afirmações abaixo e marque (V) para VERDADEIRAS e (F) para FALSAS.

Brasil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.

() Elaborar o Plano Estadual de Educação em colaboração com o Distrito Federal.

() Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos territórios.

() Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.

() Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, somente os cursos técnicos.

() Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) V - V - V - F - F
- b) F - F - F - V - V
- c) F - V - V - F - V
- d) V - F - F - V - V
- e) F - V - F - V - F

29. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, no seu Art. 3º, traz o objetivo de possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo escolar, e que a oferta da modalidade da EJA poderá ser realizada nas formas descritas abaixo.

Brasil. Resolução CNE/CEB 3/2025. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2025, Seção 1, p. 16.

I. Presencialmente, como a forma principal desta modalidade, sendo obrigatória aos sistemas de ensino, desde que regulamentada e de forma adicional, a utilização de práticas de lazer não presenciais.

II. Articulada com a Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio.

III. Virtualmente, por meio da modalidade Educação a Distância-EaD, exclusivamente na etapa do Ensino Médio, garantindo a oferta de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da carga horária na modalidade presencial.

IV Via exames supletivos no nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de dez anos, e Ensino Médio, para os maiores de quinze anos.

- a) Está correto apenas o item I.
- b) Estão corretos apenas os itens II e III.
- c) Estão corretos apenas os itens II e IV.
- d) Estão corretos apenas os itens I e II.
- e) Estão corretos apenas os itens I e IV.

30. A Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece a proteção integral de crianças e adolescente, definindo direitos, deveres e medidas de proteção em todo o território nacional.

Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Brasília: Planalto, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 27 ago.2026.

Com relação a esta Lei, assinale (V) para as alternativas VERDADEIRAS e (F) para as alternativas FALSAS.

() A criança, para os efeitos da Lei, é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, entre dezoito anos e vinte e um anos de idade.

() A criança e o adolescente gozam de alguns direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, com prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei.

() Os direitos enunciados nesta Lei são exclusivos para as crianças.

() Aos pais compete zelar pelos direitos, conforme o Art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) F - F - V - V
- b) F - V - V - V
- c) V - F - F - F
- d) F - V - F - V
- e) V - F - F - V

31. Segundo Portela, Silva e Almeida (2024, p. 18-22), as discussões em torno do currículo são marcadas por um processo histórico em que seu conceito vem passando por transformações, por ser um tema revisitado e por se tratar de uma área que constitui um campo com diferentes visões e ser um documento importante no espaço escolar e, também, no sistema de ensino

E assim, é importante e indispensável que todos que compõem uma escola compreendam o desafio de se transformar o ambiente escolar de forma efetiva, de diferentes conhecimentos e saberes, reconstruindo estratégias e práticas pedagógicas.

Como o conceito de currículo é histórico, surgiram algumas teorias.

*Portela; Silva; Almeida. **Novos Contornos do Currículo: Integrando Teorias, Práticas e Diversidades na Educação Brasileira.** Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2024, p. 18-22.*

À luz dessas disposições, analise as teorias a seguir e estabeleça a relação entre elas e suas características.

(1) Teoria Tradicional.

(2) Teorias Críticas.

(3) Teorias Pós-críticas.

() Os currículos fundamentam suas concepções no marxismo, a partir dos ideários da primeira geração da Escola Crítica de Frankfurt, especialmente em Max Horkheimer e Theodor Adorno.

() No Brasil, essa teoria foi amplamente difundida com as obras de Tomaz Tadeu da Silva e através

de outras publicações ligadas a matrizes pós-modernas e pós-estruturais.

() As percepções de currículo foram norteadas pelo capitalismo americano, que subsidiaram o currículo tecnicista praticado no Brasil.

() O currículo estabelece vinculações entre saber, poder e identidade, visando compreender o papel do currículo na educação.

() Os currículos buscam trabalhar para a emancipação, destacando as diferenças entre grupos e classes sociais oprimidos.

() Os currículos alargam suas categorias de abrangência para além da questão das classes sociais, colocando o sujeito como foco principal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de associação entre as teorias e suas características.

- a) 2, 3, 1, 2, 2, 3
- b) 3, 3, 3, 1, 2, 2
- c) 2, 2, 2, 3, 3, 1
- d) 1, 2, 3, 1, 2, 3
- e) 2, 3, 3, 1, 2, 1

32. Os conselhos de classe, enquanto colegiados consultivo-deliberativos, despontam como territórios possíveis de construção de uma ação pedagógica voltada para a formação integral dos estudantes, dentro da proposta que fundamenta a Educação Profissional e Tecnológica (Moraes; Bezerra, 2025). Para Debatin (2002), eles foram instituídos com a finalidade de orientar os professores na avaliação permanente dos alunos, analisar as causas de rendimentos altos e baixos, criar condições de assistência aos alunos com dificuldades, aperfeiçoar o trabalho cotidiano do professor, além de desenvolver a avaliação contínua do próprio trabalho.

*DEBATIN, M. **O conselho de classe e sua relação com a avaliação escolar: um estudo em escolas da rede pública estadual de ensino de Florianópolis/SC.** 2002. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://>*

Sobre os conselhos de classe, é CORRETO afirmar:

- a) O conselho de classe é um espaço-tempo significativo onde os sujeitos escolares, individualmente, podem avaliar o desempenho dos alunos, identificar demandas emergentes e construir soluções competitivas.
- b) O conselho de classe é um ambiente propício para redefinir práticas pedagógicas, mas não é espaço para ajuste de metodologias e de implementação de inovações no dia a dia escolar.
- c) O conselho de classe, mesmo sendo concebido sob a égide de um projeto educativo excludente, representa um importante espaço de reflexão sobre as ações educacionais, visando a formação voltada para o mercado de trabalho.
- d) O conselho de classe configura-se como um espaço de diálogo, mediação e reflexão crítica, essencial para encaminhar propostas educacionais voltadas à formação unilateral dos estudantes.
- e) O conselho de classe, a partir de moldes tradicionais, tem se configurado como espaço de julgamento do insucesso dos alunos e instância de penalização destes, ainda possuindo relação direta com uma educação baseada na punição e na padronização.

33. A avaliação apresenta três funções: diagnosticar, controlar e classificar. Existem três modalidades de avaliação que estão vinculadas a essas funções: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa. Sobre as funções e modalidades de avaliação, leia as assertivas abaixo:

I. Essa modalidade de avaliação se caracteriza por ser processual, isto é, possibilita a interação entre o professor e o aluno ao longo do processo ensino e aprendizagem, uma vez que auxilia os envolvidos com informações acerca dos objetivos alcançados e os esforços necessários para desenvolver o que ainda não foi atingido.

II. Essa modalidade de avaliação tem por objetivo avaliar em que grau os objetivos preestabelecidos foram atingidos. Tem sido realizada ao final de um período, semestre ou ano letivo para fins de atribuição de notas, avaliação do progresso ou eficiência de um currículo, mas recebe diversas críticas por não permitir a regulação da aprendizagem, uma vez que apenas comunica resultados. No entanto, a aplicação dessa avaliação é necessária para o sistema educacional como forma de retorno à sociedade dos resultados obtidos ao término do processo de ensino e aprendizagem.

III. Essa modalidade de avaliação tem a função de determinar se os estudantes possuem as habilidades para a consecução dos objetivos do conteúdo a ser estudado, determinar o seu nível de domínio prévio, classificá-los quanto às alternativas de ensino e, quando aplicada durante a instrução, determinar as causas subjacentes a repetidas deficiências na aprendizagem.

MIQUELANTE, Marileuza Ascencio; PONTARA, Claudia Lopes; CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes; SILVA, Rosinalva Ordonia. As modalidades da avaliação e as etapas da sequência didática: articulações possíveis. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n(56.1): 259-299, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/yK3TRnr6jh4Zcn7vDgVsZvJ/?lang=pt> Acesso em 22 ago.2026

A partir das assertivas, assinale a alternativa em que as modalidades estão CORRETAMENTE classificadas:

- a) I. Diagnóstica; II. Formativa ; III. Somativa
- b) I. Somativa; II. Diagnóstica; III. Formativa
- c) I. Formativa; II. Somativa; III. Diagnóstica
- d) I. Diagnóstica; II. Somativa; III. Formativa
- e) I. Formativa; II. Diagnóstica; III. Somativa

34. Leia a citação: “Quando falamos das finalidades da educação no seio de uma determinada sociedade, queremos dizer que o entendimento dos objetivos, conteúdos e métodos da educação se modifica conforme as concepções de homem e da sociedade que, em cada contexto econômico e social de um momento da história humana, caracterizam o modo de pensar, o modo de agir e os interesses das classes e grupos sociais. A Pedagogia, portanto, é sempre uma concepção

da direção do processo educativo subordinada a uma concepção político-social. ”

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

A partir do exposto, assinale a alternativa que melhor se alinha ao que diz o autor no texto indicado:

- a) A educação escolar é uma atividade social que, por intermédio de instituições próprias, visa a assimilação dos conhecimentos e experiências humanas acumuladas no decorrer da história e, nesse sentido, cabe à Pedagogia intervir no processo de assimilação de conteúdos e de construção cognitiva sem uma finalidade social.
- b) Cabe à Pedagogia investigar a natureza das finalidades da educação como processo social, bem como metodologias apropriadas para a formação dos indivíduos, tendo em vista a dependência ao mercado de trabalho.
- c) No âmbito da Pedagogia, a Didática estuda o processo de ensino por meio de seus componentes (conteúdos escolares, ensino e aprendizagem) para formular diretrizes orientadoras da prática profissional dos professores no seio de uma determinada sociedade.
- d) Se a educação escolar é uma tarefa eminentemente social, já que a sociedade necessita prover as gerações mais novas daqueles conhecimentos e habilidades que vão sendo acumulados pela experiência social da humanidade, para a Didática, no âmbito da Pedagogia, é suficiente dizer o que os alunos precisam dominar enquanto conteúdos e conhecimentos.
- e) A Pedagogia entende o processo didático como totalidade abrangente que implica vincular conteúdos, ensino e aprendizagem, independente das condições concretas que rodeiam a situação didática, conforme opções assumidas pelo educador.

35. “O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza

constantemente. Por isso a educação formal é cada vez mais blended, misturada, híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais” (Moran, 2015, p.16). As metodologias ativas têm componentes essenciais para o sucesso da aprendizagem. Por exemplo, a elaboração de desafios, os jogos que estimulam o desenvolvimento de diversas habilidades, as atividades que solicitam informações pertinentes e que alinham trajetórias pessoais com participação em grupos.

MORAN, José. *Mudando a educação com metodologias ativas*. In: SOUZA, Carlos Alberto; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). *Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens*. **Coleção Mídias Contemporâneas**. Vol. II. p.15-33. PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015

Sobre as metodologias ativas é INCORRETO afirmar:

- a) Nas metodologias ativas de aprendizagem, a aprendizagem acontece a partir de problemas e situações reais, ou seja, muito similares aos que os estudantes vivenciarão posteriormente na vida profissional.
- b) Escolas que investem em metodologias ativas estão mudando o modelo disciplinar por modelos mais centrados em aprender ativamente com problemas, desafios relevantes, jogos, atividades e leituras, além de projetos pessoais e projetos de grupo.
- c) As metodologias ativas impõem mudanças progressivas no sentido da personalização, colaboração e autonomia de forma mais intensas, pois os ajustes metodológicos necessários têm como foco: aluno ativo, envolvimento profundo e professor orientador.
- d) Um dos modelos mais interessantes de ensinar hoje é o de concentrar no ambiente físico o que é informação básica e deixar para o ambiente virtual as atividades mais criativas e supervisionadas.
- e) Ao misturar vídeos e materiais nos ambientes virtuais com as atividades de aprofundamento nos espaços físicos (salas), as metodologias ativas invertem a lógica tradicional de que o professor ensine antes na aula e o aluno tente aplicar depois em casa.

36. As ideias de D. P. Ausubel, cujas formulações iniciais são dos anos 60, encontram-se entre as primeiras propostas psicoeducativas que tentam explicar a aprendizagem escolar e o ensino a partir de um marco distanciado dos princípios condutistas. Neste processo a nova informação interage em comum à estrutura de conhecimento específico, que o autor chama de “subsunção”: a aprendizagem é muito mais significativa à medida que o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimento de um aluno e adquire significado para ele a partir da relação com seu conhecimento prévio. Quando o conteúdo escolar a ser aprendido não consegue ligar-se a algo já conhecido, ocorre o que Ausubel chama de aprendizagem mecânica, ou seja, quando as novas informações são aprendidas sem interagir com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva.

PELIZZARI, Adriana; KRIEGL, Maria de Lurdes; BARON, Márcia Pirihi; FINCK, Nelcy Teresinha Lubi; DOROCINSKI Solange Inês. *TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA SEGUNDO AUSUBEL* Rev. **PEC**, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002. Disponível em: <https://cienciasecognicao.com.br/wp-content/uploads/2024/04/820a3-ausubel.pdf> Acesso em: 20 ago. 2026.

Sobre a aprendizagem significativa, assinale a alternativa INCORRETA disposta nas alternativas.

- a) A aprendizagem significativa ocorre por meio da descoberta, que é a maneira pela qual o aluno recebe os conteúdos que deve aprender e dimensão singular de aprendizagem significativa.
- b) Para que a aprendizagem significativa ocorra é preciso entender um processo de modificação do conhecimento, em vez de comportamento em um sentido externo e observável.
- c) Para haver aprendizagem significativa, o aluno precisa ter uma disposição para aprender: se o indivíduo quiser memorizar o conteúdo arbitrária e literalmente, então a aprendizagem será mecânica.
- d) Na aprendizagem significativa, o conteúdo escolar a ser aprendido tem que ser potencialmente significativo, de maneira lógica (depende da natureza do conteúdo) e psicológica (uma experiência que cada indivíduo tem).
- e) A aprendizagem significativa parte da consideração de que os indivíduos apresentam uma organização cognitiva interna baseada

em conhecimentos de caráter conceitual e sua complexidade depende muito mais das relações que esses conceitos estabelecem em si.

37. Os estudos sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) decorrem de uma temática internacional, implementada, inicialmente, na década de 1990. Desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, formada por cientistas da aprendizagem, profissionais do design instrucional e gráfico, analistas em políticas, entre outros profissionais, a concepção do DUA se dá a partir da problematização do contexto. Com base em estudos da neurociência e educação, a compreensão do DUA começa pelo reconhecimento da pluralidade de sujeitos e de como ocorre a aprendizagem. A barreira tem de ser identificada e, diante disso, a sua eliminação, seja no currículo, nas metodologias, nas estratégias (visuais, auditivas), na dimensão afetiva e nos diferentes cenários de aprendizagem (presencial, on-line). O DUA desenvolve três princípios-base que buscam considerar, no desenvolvimento de processos, que todos possam aprender a partir de variados meios. Esses princípios se fundamentam em múltiplos meios de:

- 1) Engajamento – bases emocionais e afetivas no ensino e aprendizagem para o envolvimento das pessoas, o que se dá de maneira particular para cada um;
- 2) Representação – diversidade de sujeitos e a necessidade de variados meios na recepção de informações, utilizando recursos e apoios para dar sentido;
- 3) Ação e expressão – diferentes formas para que se possa expressar o conhecimento, desconstruindo uma única via de expressão, mas valorizando outros meios

CORDEIRO, Kelly Maia; SOUZA, Izadora Martins da Silva. *Acessibilidade curricular e o desenho universal para aprendizagem como pontos de análise para a inclusão*. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, v. 19, n.47, set./dez. 2024, p. 1-19. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/> Acesso em: 20 ago. 2026.

- a) O DUA é uma listagem de prescrições, com métodos e ações lineares, oferecidas para uma aplicação contextos educacionais, onde se percebe em destaque suas estruturas para organização.
- b) Os princípios do DUA não têm relação entre si e evidenciam o planejamento das aulas de forma sistematizada e estruturada, baseando-se nos mesmos níveis de apoios, tecnologias e recursos educacionais.
- c) O DUA é uma construção de ações que se alinham aos objetivos educacionais e se apresentam por ações colaborativas, viabilizando a autonomia e independência dos estudantes, em que feedback/autoavaliação são práticas pedagógicas.
- d) O DUA pressupõe uma constante reflexão sobre o ato de educar, construindo o olhar do currículo adaptado e adequado para um sujeito específico, com uma construção do professor.
- e) Os princípios do DUA tornam o conteúdo acessível aos estudantes com deficiência envolvendo um planejamento estruturado, amplo de condições e possibilidades, com atividade diferenciada e o intuito de adaptar um conteúdo.

38. “O principal documento, no âmbito do IFPI, que busca assegurar o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes na instituição é a Política de Assistência Estudantil (POLAE), que, no escopo de ações a serem desenvolvidas, prevê programas de apoio aos estudantes com necessidades educacionais específicas, cujas ações devem ser operacionalizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) em conjunto com setores afins. Dessa forma, admite-se que o NAPNE é o responsável por conduzir o processo de inserção da pessoa com deficiência (PcD) na instituição, bem como por assegurar sua permanência e êxito.”

FREITAS RIBEIRO, Natércia; MONTE ALVARENGA, Elenice; GALASSO, Bruno Programa de monitoria como estratégia de permanência e êxito para estudantes com deficiência visual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí: Um relato de experiência. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 35, no. 1, 2022, January-June, pp. 65-83 Universidade do Minho Braga, Portugal DOI: <https://doi.org/10.21814/rpe.20758>. Disponível em: <https://>

Sobre a atuação do NAPNE no IFPI, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas é realizado pelo NAPNE, que tem como membros os profissionais contratados que possuem formação específica em AEE.
- b) A POLAE, no IFPI, tem projetos de monitoria, estratégias institucionais para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, operacionalizadas pelo NAPNE e que dispensam a integração curricular.
- c) O NAPNE deve elaborar, de forma independente, o programa de atendimento aos estudantes PcD e auxiliar os professores a adequarem as suas aulas, conforme o programa definido.
- d) Cabe ao NAPNE, entre outras ações, disseminar cultura de inclusão no IFPI, supervisionar as políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito de estudantes PcD, participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão de modo que atendam às PcD.
- e) O NAPNE, em atendimento à POLAE, elabora editais de monitoria padronizados no âmbito do IFPI, para o apoio às atividades dos estudantes com necessidades educacionais específicas, bem como para avaliar e propor diretrizes e metas das propostas de inclusão.

39. A inclusão da história das mulheres nos currículos escolares brasileiros, impulsionada pela recente Lei 14.986/2024, representa um marco na luta por igualdade de gênero e visibilidade feminina. A referida lei determina a obrigatoriedade de inserir nos currículos do ensino básico as histórias e contribuições das mulheres em diversas áreas do conhecimento. Essa legislação representa não apenas uma mudança na estrutura curricular, mas um avanço histórico, ao abrir espaço para que as jovens gerações conheçam as trajetórias de heroínas que, por muito tempo, foram invisibilizadas. Ao instituir a “Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História”, a legislação não apenas revisa narrativas, mas desafia estruturas patriarcais enraizadas no sistema educacional brasileiro.

KARPOWICZ, Débora Soares; SANTOS, Antocléia. Lei 14.986/2024 e a inclusão da história das mulheres na educação básica: um avanço político e social. **Educar em revista**. n. 42 • 2026. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/> Acesso em: 20 ago. 2026.

Sobre a Lei 14.986/2024, julgue as assertivas como (V) para VERDADEIRAS ou n (F) FALSAS:

I. O objetivo principal da lei é garantir que as contribuições, vivências e conquistas femininas, tanto no Brasil quanto no mundo, sejam devidamente incluídas nos currículos escolares.

II. A lei corrige um longo silêncio sobre as contribuições femininas, trazendo para os currículos uma perspectiva de soberania, ao incluir a história das mulheres em todas as áreas.

III. A promulgação da lei é um marco para a educação brasileira, pois formaliza a importância de uma abordagem curricular inclusiva que valoriza o protagonismo feminino e combate a invisibilidade histórica das mulheres.

IV. Entre os dispositivos destacados na lei está a criação da “Semana de Valorização de Mulheres que fizeram História”, a ser celebrada mensalmente em todas as escolas de educação básica do país, com palestras, exposições, debates e projetos que destaquem a trajetória de mulheres.

Está CORRETA a alternativa:

- a) I. V - II. V - III. F - IV. F
- b) I. F - II. F - III. V - IV. V
- c) I. V - ; II. F -; III. F - IV. V
- d) I. F - II. V - III. V - IV. F
- e) I.V - II. F - III. V - IV. F

40. Os saberes docentes são considerados plurais, temporais e sociais. Isso se dá essencialmente porque são oriundos de diversas fontes, evoluem de acordo com o tempo e as mudanças, além de serem partilhados, legitimados por um grupo de agentes (os professores) e adquiridos no contexto de socialização profissional.

Sobre os saberes docentes, julgue as afirmativas abaixo como (V) para VERDADEIRAS ou (F) para FALSAS.

I. Os saberes de um professor têm uma relação cognitiva com o trabalho, ou seja, os juízos cognitivos que ele expressa no tocante aos seus diferentes saberes, distintos do saber-ensinar.

II. Os saberes de um professor são uma realidade social materializada através de uma formação, de programas, de práticas coletivas, de disciplinas escolares etc., e são também, ao mesmo tempo, os saberes dele.

III. Os saberes de um professor se referem a conhecimentos e a um saber-fazer pessoais, aos saberes curriculares, aos saberes disciplinares referentes à matéria ensinada e aos saberes da própria experiência.

IV. Os saberes de um professor são temporais à medida em que se limitam à história escolar e experiencial dele, à sua identidade e subjetividade, à sua carreira profissional e às mudanças que lhe acontecem.

Marque a alternativa que contém a(s) afirmativa(s) CORRETAS(S).

- a) Apenas II e III.
- b) Apenas I.
- c) Apenas III e IV.
- d) Apenas IV.
- e) Apenas I e II.

41. O tema “planejamento” se insere com muita relevância na atualidade. Por isso, o entendimento dos conceitos e seu uso são fundamentais para o exercício da prática de planejar.

PUENTES, Roberto Valdés. **Didática geral: teorias pedagógicas e planejamento**. Uberlândia, MG : Ed. do Autor, V. 16, 2023, p.41-46. (Coleção Biblioteca psicopedagógica e didática; Série profissionalização docente e didática).

Com relação ao planejamento, assinale (V) para VERDADEIRO e (F) para FALSO.

() Planejamento evita a improvisação, prevê o futuro, estabelece caminhos que norteiem mais apropriadamente a execução da ação educativa prevendo o acompanhamento e a avaliação da própria ação.

() Planejamento Educacional é o processo contínuo que se preocupa com o “para onde ir” e “quais as maneiras adequadas para se chegar lá”, tendo em vista a situação presente e as possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades da sociedade, quanto as do indivíduo.

() Planejamento Curricular: Esse nível de planejamento é relativo ao professor. É o processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. Representa a previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do professor.

() Planejamento de Ensino é o processo de decisão sobre a atuação concreta dos alunos no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações em constantes interações somente professor e alunos.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V - V - V - F
- b) F - F - F - V
- c) V - V - F - F
- d) V - F - V - F
- e) F - V - F - V

42. São princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica, segundo a Resolução nº. 1/2021. Assinale a alternativa CORRETA.

Brasil. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2021/rcp001_21.pdf. Acesso: 25 ago. 2026.

- a) Articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões comerciais, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes.

b) Respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

c) Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação municipal, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para a vida em sociedade.

d) Descentralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências sociais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de vivência educacional, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia.

e) Estímulo à adoção da busca por emprego como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente competitivo, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

43. Na contemporaneidade, a gestão e o gestor vivem em constantes desafios e conquistas, buscando o melhor para as instituições de ensino. Diante do exposto, analise os itens abaixo.

KOCHHANN, Andréa; LIMA, Jades Daniel Nogalha de. Gestão Pedagógica: entre desafios e conquistas. Goiânia: Kelps, 2023, p. 51-64.

I. O gestor educacional é figura determinante na articulação entre comunidade escolar e equipe pedagógica, e, por conseguinte, as linguagens oral, escrita e tecnológica são indispensáveis para que essa articulação se torne assertiva e eficaz.

II. A Gestão Educacional tem o grande desafio: a unidade e a multiplicidade dos saberes e dos agentes educativos que devem ser direcionados para ensinar a condição humana.

III. A Gestão Educacional faz uso de linguagem única, a escrita, todos os dias em suas práticas.

IV. A gestão escolar é uma das principais ferramentas para a promoção da equidade educacional.

V. Gestão escolar não precisa investir na formação continuada dos professores, de forma a garantir que estes estejam preparados para lidar com as diferenças individuais e coletivas dos alunos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas IV e V estão corretas.
- b) Apenas I, IV e V estão corretas.
- c) Apenas II, III e V estão corretas.
- d) Apenas V está correta.
- e) Apenas I, II e IV estão corretas.

44. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI é um documento essencial na existência da instituição, sendo um esforço conjunto da comunidade interna e externa, tendo sido elaborada com o esforço de servidores e discentes dos diversos campi. É o planejamento do IFPI para o desenvolvimento de suas ações.

No PDI de 2020-2024 foram destacados alguns objetivos estratégicos.

*INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2020-2024: construindo para o futuro/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)-Teresina: IFPI, 2024, p, 40-43.***

Sobre os objetivos estratégicos do PDI (IFPI, 2024), assinale (V) para VERDADEIRO e (F) para FALSO.

() Otimizar a oferta de vagas e cursos (só do ensino da pós-graduação e extensão).

() Controlar e avaliar os indicadores educacionais e institucionais.

() Fortalecer a gestão participativa, estrutura de governança e compliance.

() Incentivar só projetos de visitas técnicas como extensão.

() Promover só ações de nacionalização.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) V - F - V - F - V
- b) F - F - F - V - V
- c) V - V - V - V - V
- d) F - V - V - F - F
- e) V - F - V - V - V

45. Com base nos Princípios da Educação Nacional previstos no Art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), analise as alternativas apresentadas e assinale aquela que NÃO corresponde a um princípio de ensino.

- a) Acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos.
- b) Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- c) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- d) Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- e) Valorização do profissional da educação escolar.

46. O Art. 5º da Resolução CNE/CEB nº. 2/2024 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM) apresenta algumas definições importantes para a organização da Educação Básica. Observe as descrições abaixo.

I. Conjunto de experiências escolares que condicionam os processos de produção, circulação e apropriação de conhecimentos e saberes de natureza conceitual, factual, procedimental e atitudinal.

II. Forma de organização pedagógica que garante o planejamento interdisciplinar das unidades temáticas, sequências didáticas e processos de sistematização e avaliação das aprendizagens, articulando os componentes curriculares das diferentes áreas de conhecimento.

III. Mobilização de conhecimentos (conceituais e procedimentais), habilidades (práticas cognitivas

e socioemocionais) e atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana.

IV. Tem como finalidade explicitar, organizar e sistematizar: as metas e objetivos compartilhados pela comunidade escolar e seus compromissos comuns, bem como as escolhas metodológicas, projetos e ações voltadas a garantir acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento de todos os educandos.

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE os conceitos correspondentes às definições acima:

- a) I - Currículo; II - Proposta pedagógica; III – Competências; IV - Projetos integradores.
- b) I - Projetos integradores; II - Currículo; III - Proposta pedagógica; IV – Competências.
- c) I - Proposta pedagógica; II - Projetos integradores; III – Competências; IV – Currículo.
- d) I - Currículo; II - Projetos integradores; III - Competências; IV - Proposta pedagógica.
- e) I - Projetos integradores; II - Proposta pedagógica; III - Currículo; IV – Competências.

47. A Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu art. 8º, estabelece:

No desenvolvimento de sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º (Brasil, 2008).

Esses dispositivos referem-se, respectivamente:

- a) À oferta de cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, destinados à formação de professores para a educação básica; e à oferta de cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.
- b) À oferta de cursos voltados à educação profissional técnica de nível médio,

prioritariamente na forma integrada ao ensino médio, e à oferta de cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, destinados à formação de professores para a educação básica.

c) À oferta de cursos voltados à educação profissional técnica de nível médio, exclusivamente na forma de cursos integrados, e à oferta de cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.

d) À oferta de cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, e à oferta de cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização e stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia.

e) À oferta de cursos voltados à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos, e à oferta de cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

48. De acordo com o Art. 10 da Lei Nº 10.861, de 14 de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, quando uma instituição de educação superior apresenta resultados insatisfatórios nas avaliações do MEC, deverá ser firmado um protocolo de compromisso. Entre os elementos obrigatórios desse protocolo, está/estão:

- a) A definição de critérios de avaliação externa conduzida por universidades públicas, no caso de instituições públicas de ensino superior.
- b) Advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.
- c) A suspensão imediata da abertura de novos cursos de graduação até a solução dos problemas e cassação da autorização de funcionamento da instituição.
- d) O diagnóstico objetivo das condições da instituição e criação de comissão de acompanhamento formada exclusivamente por representantes do MEC.

e) Os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas.

49. Considerando a modalidade de Educação Bilíngue, julgue os itens abaixo, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996).

I. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua.

II. A educação bilíngue será ofertada em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos.

III. Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

IV. Nos processos de contratação e de avaliação periódica dos professores para a educação bilíngue, serão ouvidas representantes das comunidades surdas e ouvintes.

V. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos bilíngues.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- a) V - F - V - V - F
- b) V - V - V - F - V
- c) F - F - V - V - F
- d) V - F - V - F - V
- e) F - V - F - F - V

50. São critérios para a verificação do rendimento escolar, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9.394/1996), EXCETO:

- a) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito.
- b) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- c) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência ao final do período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.
- d) Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.
- e) Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.